



Arqueologia e Teoria da Acção: notas sobre uma relação ainda recente

ANTÓNIO CARLOS VALERA¹

Neste texto, que se pretendeu de carácter introdutório e necessariamente pouco desenvolvido, procura-se enunciar o assunto proposto, o emprego das teorias da acção em arqueologia, e elencar algumas questões que se podem colocar relativamente a essas aplicações.

1. O assunto

O indivíduo e a acção marcam hoje a agenda das preocupações teóricas de várias ciências sociais, frequentemente num contexto intelectual e epistemológico que se diz pós-moderno e que questiona ou rejeita a arquitectura e as realizações do programa da modernidade e proclama a emergência de novos paradigmas e novas formas de

conhecimento, assim como a separação epistemológica entre ciências da natureza e ciências sociais.

Neste âmbito, a Arqueologia, como toda a ciência em geral, vem sendo tocada por um conjunto de tendências bastante heterogéneas que têm pautado os debates internos, algumas das quais se enraízam nas questões mais profundas da natureza do conhecimento humano e em dicotomias que o têm caracterizado ao longo dos tempos. Efectivamente, se a apreciável variedade de recursos teóricos que hoje estão ao seu dispor foram, em grande parte, desenvolvidos no âmbito de outras áreas disciplinares (de que se destacam a Epistemologia, Sociologia do Conhecimento, Sociologia, Psicologia Social e Cognitiva, Antropologia, História,

Linguística, etc.), estes esquemas teóricos têm vindo a impregnar-se na prática arqueológica, ao longo da segunda metade do século XX, contribuindo para a diversidade de abordagens e pluralidade do discurso arqueológico.

Durante a última década, e a partir do epicentro desta dinâmica, inequivocamente anglo-saxónico, surgiram novas propostas de esquemas programáticos para a investigação arqueológica, umas centradas no indivíduo, nas suas práticas e comportamentos, nas suas experiências, outras mais orientadas para as maneiras como a materialidade e acção se relacionam, tendo como principal suporte teórico a teoria ou teorias da acção.

“For the moment I want to propose that archaeology has built an object of analysis which is inadequate for our purposes. (...) To reject social organization as the object of study demands a rebuilding of the theoretical program. (...) Throughout, the aim is to return us to detail of archaeological materials and to their historical interpretation with reference to the lives of people. (...) It is my contention that theories of agency demand a reconceptualization of the relationship between material conditions and human practice which, drawing upon Giddens’s duality of structure, situate human agency within the structural conditions of its action” (Barrett, 2001, p. 148-162).

Como se discutirá, a seguir, esta viragem para o indivíduo e para as suas práticas, reclamada como uma humanização das ciências sociais, dominadas por perspectivas normativas, que aparece associada às tendências pós-processuais dos inícios da década de oitenta do século XX, no contexto da reacção ao normativismo, processualismo e determinismo social, que se considerou caracterizarem as tendências histórico, culturalistas, marxistas e funcionalistas, e ao alinhamento das ciências sociais por modelos e métodos das ciências naturais.

Uma problemática complexa, que se enraíza de forma particularmente vincada na própria filosofia do conhecimento e nos dualismos estruturantes do pensamento ocidental moderno

Com elas, poderemos dizê-lo, o centro anglosaxónico disputa e ganha a liderança da agenda teórica da Arqueologia internacional. A partir de então, e através de variados mecanismos de disseminação, desde os disponibilizados pela tecnologia da “sociedade de informação”, à globalização académica, sustentada pela progressiva mobilidade de estudantes (com a multiplicação de estágios, mestrados e doutoramentos em universidades estrangeiras, com áreas de estudo espalhadas por todo o planeta), passando por alguns casos de relacionamento preferencial herdeiro de antigas ordens coloniais, o centro anglo-saxónico tem vindo a construir uma certa preponderância no desenvolvimento teórico da disciplina.

Neste contexto internacional, a situação periférica portuguesa tem sido essencialmente marcada, e salvo raras excepções, por adesões acríticas, por indiferença (esta última vinculada ao mais profundo e inaceitável desinteresse pela epistemologia e pela teoria em geral e que caracteriza as práticas que Popper, em tempos, designou de pseudociência) ou ainda por completa rejeição, manifestada pela preferência, mais ou menos consciente e argumentada, por enquadramentos funcionalistas, estruturalistas ou materialistas, que privilegiam o sistema social como unidade de análise.

2. A Teoria da Acção: uma caracterização (muito) sumária.

Embora com enraizamentos que podem recuar a Saint-Simon e a Marx (Ansart, 1999), a Teoria da Acção (ou teorias, para a crítica de uma teoria geral unificadora, como a tentou Talcott Parsons²) tem o seu grande incremento no contexto do debate epistemológico sobre o problema da objectividade nas ciências sociais que ocorreu nos finais do século XIX / inícios do século XX. Aí, germina no confronto da perspectiva positivista e objectivista de Émile Durkheim, onde a acção é circunscrita ao colectivo que se impõe ao indivíduo (a sociedade é concebida como algo exterior aos seus membros), com a doutrina da sociologia clássica alemã expressa por Max Weber, G. Simmel e C. Menger, sob uma forte influência do idealismo hegeliano.



Quino, *Gente*, Publicações Dom Quixote

Sendo uma problemática complexa, que se enraíza de forma particularmente vincada na própria filosofia do conhecimento e nos dualismos estruturantes do pensamento ocidental moderno (sociedade / indivíduo; espírito / corpo; natureza / cultura), a teoria da acção que emerge do subjectivismo da sociologia alemã poderá, de forma sumária, ser definida por dois princípios básicos: o fenómeno social resulta sempre de acções individuais e conhecer o fenómeno social é procurar o sentido dessas acções (Boudon, 1995). Nesta perspectiva, as

estruturas sociais são entendidas como padrões de interacção que se formam na acção social, recusando-se a sua concepção como entidades autónomas que determinam ou condicionam a acção (Turner, 2002).

Assim, em face do dualismo contexto social / indivíduo, as teorias subjectivistas clássicas da acção centram-se neste último. Afastando-se do conhecimento explicativo, enquadram-se numa “sociologia compreensiva”, hermenêutica, que pretende conhecer através da compreensão, sendo que compreender é entendido como a identificação do sentido das acções. Este sentido deverá ser captado nas razões dos actores, que funcionam como causas microscópicas dos fenómenos sociais. Estes últimos são entendidos como formulações que não têm existência independente (não sendo, portanto, analisáveis enquanto unidades), sendo gerados nas acções recíprocas entre os indivíduos, não podendo ser delas isolados. Como um dos seus princípios básicos, viria a constituir-se o Individualismo Metodológico (J. Schumpeter).

Três principais objecções foram, desde o início, colocadas: a não consideração de um contexto condicionante e normativo; a de promover uma visão atomista do real; a de a noção de compreensão (baseada no sentido individual) não ser controlável cientificamente devido à sua natureza marcadamente subjectiva.



Quino, *Gente*, Publicações Dom Quixote

² Parsons tentaria a síntese unificadora das abordagens objectivistas de Durkheim e subjectivistas de Weber, procurando criar uma teoria geral dos sistemas sociais, numa perspectiva rotulada de funcionalismo estrutural (ver sínteses, por exemplo, em Ansart, 2001; Boudon, 1995; Cohen, 2002).

Todavia, face à impossibilidade prática de reduzir o conhecimento do social ao indivíduo e rejeitando as acusações de particularismo, os teóricos da escola alemã consideravam necessário agrupar em conjuntos os actores considerados em condições análogas (os tipos ideais de Max Weber), assumindo assim um processo de generalização e simplificação do real, considerado necessário ao seu conhecimento. Conhecer implica, desta forma, um carácter sempre redutor relativamente à realidade em análise. Para o Individualismo Metodológico, o indivíduo não é o ser individual, mas, por necessidade dos próprios procedimentos de conhecimento, um “indivíduo colectivo”, uma construção que resulta de um processo de classificação e agrupamento realizado pelo observador. Como implicações epistémicas, temos que o conhecimento da realidade humana, tal qual ela é, não é possível, porque é constituída por uma infinidade de particularismos em interacção, necessitando o observador de proceder a generalizações para conhecer, o que transforma o conhecimento num compromisso entre o real e as construções do observador sobre esse real.

Por outro lado, e apesar de grande parte do seu percurso no século XX ter sido no combate às posições próximas dos determinismos históricos³, sociais e behavioristas e de se aproximar do Interacionismo Simbólico (que considera toda a vida social como uma construção activa intencional realizada por indivíduos) e das abordagens fenomenológicas, a perspectiva subjectiva da acção não nega o contexto nem a sua intervenção condicionante sobre o indivíduo. Procura antes negar o fatalismo e a acção normativa da estrutura e do social sobre a prática do indivíduo, valorizando a consciência e a racionalidade deste como factores orientadores do seu comportamento. A sociologia contemporânea recupera a interferência do todo e propõe uma relação interactiva e recursiva entre indivíduo e totalidade social, a qual atingirá a sua formulação teórica de

maior sucesso na teoria da estruturação de Anthony Giddens (2000). A estrutura é concebida como uma dualidade, na medida em que é considerada simultaneamente como o meio e o resultado da acção, limitando, ao mesmo tempo que viabiliza, a acção individual. Esta é condicionada pelas tradições culturais e pelo colectivo em geral. Acção e estrutura deixam de ser antónimos, para se pressuporem uma à outra.

Quanto ao problema do conhecimento por compreensão, propõem-se contornar a questão da subjectividade incontroável, através da noção da racionalidade do actor social, a qual postula que o indivíduo age com base em razões válidas (Popper, 1967), as quais apelam a conhecimentos prévios existentes em cada contexto: as razões válidas dos actores, as leituras que estes fazem das situações e das opções que têm disponíveis são consideradas como podendo ser apreendidas, permitindo compreender o sentido das suas acções.

Contudo, a concepção de que o sentido da acção se recupera nas suas razões válidas baseadas na racionalidade do actor social pressupõe uma vinculação da acção à intenção, o que excluiria o involuntário, o reflexo, o inconsciente, o interiorizado e os seus resultados. A intenção seria o princípio exclusivo gerador da acção⁴ e o que lhe conferiria sentido. A acção, restrita à razão consciente e subjectiva, vincula-se a uma concepção voluntarista do comportamento, que assim se torna mais contingente, circunstancial e indeterminado.

O trabalho de Pierre Bourdieu, procurando igualmente superar a dicotomia tradicional entre estrutura e acção, viria, contudo, a insistir na vertente não consciente (logo não intencional) da acção, através dos seus conceitos de *habitus* e práticas sociais (Bourdieu, 2001), que têm por objectivo evidenciar a vinculação da acção dos indivíduos a um espaço social, à interiorização de modelos de comportamento e juízo, à produção e reprodução (com

Tratando da inter-relação entre sujeito e o seu contexto e da forma como se produzem e reproduzem os espaços sociais através dessa inter-relação, as teorias da acção são elementos constituintes de toda a teoria social e indispensáveis a qualquer ciência social. A sua introdução na Arqueologia era uma questão de tempo

reajustamentos) desse espaço social. Estes conceitos abrem espaço à acção espontânea que não implique necessariamente o controlo racional das condições dessa mesma acção e uma intervenção mais normativa das estruturas sociais historicamente antecedentes ao actor.

Em suma, tratando da inter-relação entre sujeito e o seu contexto e da forma como se produzem e reproduzem os espaços sociais através dessa inter-relação, as teorias da acção são elementos constituintes de toda a teoria social e indispensáveis a qualquer ciência social. A sua introdução na Arqueologia era uma questão de tempo, só se podendo estranhar o seu carácter relativamente tardio.

3. Arqueologia e Teoria da Acção

Genericamente, é no início da década de oitenta do século passado que as problemáticas da acção entram na disputa teórica em Arqueologia, essencialmente associadas às correntes pós-processualistas⁵. Todavia, e como o próprio Hodder

recentemente reconhece (Hodder, 2000), a abordagem da acção não surgiu como uma preocupação formalizada em si, mas antes como instrumento que permitia questionar e rejeitar a subordinação do indivíduo ao todo social. A ênfase então dada à questão da intencionalidade visava sustentar a ideia de um ser humano activo e com consciência interventiva, por oposição ao sujeito passivo, respondendo a estímulos externos, adaptando-se, manipulado por constrangimentos impostos pelo meio (físico e social). Sublinhar a intencionalidade significava valorizar a iniciativa como resultado da racionalidade dos agentes, o que conferia um certo grau de indeterminação à acção, atacando os fundamentos do determinismo estrutural, dos processos de longa duração e a ideia do social como entidade normativa independente dos actores sociais.

As problemáticas da acção aparecem, deste modo, como um recurso ao serviço daquilo que é a base comum das tendências pós-processuais: a contestação à visão behaviorista do comportamento humano e à noção de cultura como meio extrassomático de adaptação, em prol do indivíduo consciente, racional e activo. Relativamente aos percursos iniciais das teorias da acção, as posições pós-processuais foram-se afastando da exterioridade dos modelos de acção em relação ao agente, como propunha Durkheim, e, apesar de considerarem que o sujeito é socialmente constituído, orientando-se para a interioridade desses modelos, numa aproximação à tradição clássica alemã.

³ Sublinhe-se aqui, contudo, a posição de Boaventura Sousa Santos (1999), que vislumbra na obra de Marx a procura de “um equilíbrio, embora instável, entre estrutura e acção: os homens e as mulheres não são mais produtos da história do que são seus produtores”, exemplificando com a capacidade consciente de acção revolucionária transformadora atribuída à classe operária.

⁴ Que seguiria várias etapas: ideação, desejo, volição e execução (ver Alarcão, 1993-94).

⁵ Para uma análise das principais temáticas que enquadraram as várias abordagens da acção em Arqueologia, ver Dobres e Robb, 2000).

Uma coisa é afirmar a importância e até a necessidade da abordagem da acção no campo disciplinar da Arqueologia, outra são as suas possibilidades.

Os tempos que se seguiram transformaram as questões da acção num assunto explorado em múltiplas direcções, desde as abordagens de carácter mais fenomenológico, às de tendência mais integradora, no âmbito de análises da mudança social, do simbolismo na gestão do poder e do território, da constituição de paisagens. No dizer de Dobres e Robb, a acção transformou-se numa espécie de língua franca, mas não num paradigma teórico sofisticado (Dobres e Robb, 2000). A abordagem da acção no domínio da Arqueologia foi sempre muito dependente das propostas teóricas desenvolvidas (e respectivas críticas) por autores como Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, no âmbito da sociologia contemporânea. De facto, como salientam Dobres e Robb (*idem*) ou Barrett (2001), é necessário hoje superar a ausência de construção teórica própria, que adapte as teorias de origem sociológica às especificidades das problemáticas e metodologias da disciplina arqueológica. Do mesmo modo se tem feito sentir a necessidade de discutir as questões de natureza epistemológica, que se colocam com a aplicação destas teorias ao passado (sobretudo ao pré-histórico) e com as dificuldades da ciência moderna (vinculada ao modelo das ciências naturais) funcionar com a noção de compreensão de sentidos pretéritos, portanto, com a interpretação.

Será a Arqueologia um campo disciplinar viável à abordagem da acção?

Ao contrário do que aconteceu durante a sua fase inicial de integração na Arqueologia, a acção é hoje um objectivo da investigação na disciplina, gerador de preocupações teóricas que ultrapassam a mera importação. Na realidade, vários autores se têm esforçado em argumentar a favor de uma especial vocação da Arqueologia para tratar estes assuntos.

Hodder (2000), que advoga a concentração na escala do indivíduo e na construção subjectiva dos agentes individuais localizados num tempo e espaços

particulares, assumindo como objectivo a reconstrução das individualidades das vidas passadas, salienta aquilo que, no seu entender, é uma propensão da disciplina: “it could be argued that archaeologists are better equipped at studying moments and daily rhythms than larger scale processes. (...) In many ways, it is the human scale which is the stuff of archaeology; it is the larger scale which is more distanced from archaeological material” (*idem*: 31).

Wobst (2000), articulando as produções materiais humanas com a acção (construindo para tal o conceito de interferências materiais), faz emergir a relação da disciplina com a cultura material, como um privilégio da Arqueologia na abordagem da acção.

No sentido perfeitamente oposto a Hodder, Dobres e Robb (2000) consideram que o privilégio da Arqueologia no uso da teoria da acção reside precisamente no facto de ter uma visão de longa duração, de trabalhar com processos de mudança social, de lidar com práticas e sociedades prévias ao mundo moderno e desconhecidas deste, por trabalhar com a cultura material (que, tal como para Wobst, é considerada fundamental na criação de agentes e de acção). Os autores chegam mesmo a reclamar que esta particular vocação da Arqueologia faz com que tenha algo a dizer para fora, para as outras ciências sociais.

Creio, contudo, que as justificações em prol do recurso às teorias da acção não são, em Arqueologia, particularmente específicas ou diferentes de outra qualquer ciência social. O interesse dessas utilizações, a sua efectiva necessidade,

diria, reside em grande medida no carácter duplo da hermenêutica em ciências sociais: ao contrário do conhecimento produzido sobre um objecto inanimado ou sobre os seres vivos não racionais (onde apenas a racionalidade do observador intervém⁶), o conhecimento sobre o homem social tem de ter em conta a razão dos próprios homens estudados, ou seja, a racionalidade que têm sobre as suas próprias condições sociais de existência, sobre o seu mundo, sobre o seu passado, presente e previsões de futuro. A sua consciência, as suas leituras, são também condições das suas acções, mesmo se também elas sofrem a influência dos condicionalismos e constrangimentos da estrutura. Como refere Barrett (2001: 142 e 155), trata-se de aceitar a presença de agentes com conhecimento inseridos num espaço social e que, sem esse seu conhecimento (racional), organizado através de práticas e/ou discursivamente, a própria acção não seria possível. A título de exemplo, note-se que a Epistemologia é precisamente uma forma de conhecimento auto-reflexivo (e também uma forma de objectivação): somos nós a pensar as nossas próprias condições de produzir conhecimento, interferindo, dessa forma, nessa produção de conhecimento.

A aceitação deste carácter activo do Homem torna indispensável a abordagem da acção no estudo das sociedades humanas e verifica-se para todas as ciências do social, estejam elas focalizadas no passado ou no presente. Quanto à preocupação no falar para fora, é uma situação que, creio, remeterá sobretudo para um contexto de afirmação disciplinar, na procura de um progressivo equilíbrio da sua “balança comercial teórica”, normalmente deficitária.

Mas uma coisa é afirmar a importância e até a necessidade da abordagem da acção no campo disciplinar da Arqueologia, outra são as suas possibilidades.

Poderão as teorias da acção, na sua diversidade, ter aplicação na disciplina? Terão a mesma validade independentemente do período histórico em análise e do tipo de fontes arqueológicas disponíveis?

Numa das poucas abordagens à acção, no plano da teoria, realizadas pela arqueologia portuguesa (Alarcão, 1993-94) são considerados três tipos de acções: monológicas (relação homem/coisa material); sociais (relações homem/homem); mânticas (homem/ser transcendental). Numa posição que procura evitar o dualismo, estas acções são vistas como obedecendo a normas condicionadas pelo contexto, mas reconhece-se a interferência da “condição objectiva de existência”.

Mas à pergunta “Pode o arqueólogo aceder às acções?” Alarcão responde com um “em parte”. O autor entende que o arqueólogo parte dos “vestígios da acção para a acção”, procurando identificar os meios e os fins. As acções, essas nunca são directamente observáveis, apenas os seus resultados. Nesta linha, Alarcão considera que as acções monológicas (nomeadamente as técnicas) são acessíveis através das suas evidências materiais, mas que a maioria das acções sociais e mânticas não deixa vestígios observáveis. Destas últimas, contudo, uma parte é materializada, pelo que pode ser susceptível de abordagem pela arqueologia. Por outro lado, mesmo para as acções a que o arqueólogo tem acesso, nem todas as etapas da acção estão ao seu alcance⁷: o desejo e a volição são consideradas inalcançáveis, assim como a duração subjectiva da acção.

Da posição de Jorge Alarcão resulta um constrangimento inultrapassável ao emprego da teoria da acção ao passado (e muito concretamente ao passado sem escrita), face às suas aplicações actuais, no âmbito da sociologia, antropologia,

⁶ E que talvez não seja bem assim, existindo fortes argumentos que têm permitido questionar a racionalidade e a cultura como exclusivos humanos e a dicotomia entre natureza e homem que lhe subjaz, própria do pensamento ocidental moderno (Lestel, 2001).

⁷ Ver nota 4.

etnografia, etc. Por um lado, a não materialização de determinado tipo de acções (ou de parte das suas etapas) impossibilita-lhes o acesso a quem não dispõe de outro meio, além de vestígios materiais. Por outro, levanta a questão da riqueza ou pobreza do registo arqueológico e da sua maior ou menor transparência ou opacidade.

Dependência dos dados: uma realidade ou uma falsa questão?

A centração dos objectivos da Arqueologia, por parte de determinados arqueólogos, na interpretação como recuperação de sentidos, nomeadamente individuais, parece sugerir um certo retorno à bipolarização das ciências, já estabelecida em Dilthey, com as ciências da natureza de um lado, normativas e pretendendo conhecer através da generalização, e as ciências sociais (do espírito, na terminologia do autor) do outro, assumindo a individualidade e aspirando à compreensão.

De um modo geral, a Arqueologia, quer no âmbito do histórico-culturalismo, quer nas correntes funcionalistas, estruturalistas ou materialistas, tem seguido de perto a pretensão positivista de aproximar ciências sociais e naturais, nomeadamente ao nível dos métodos e das perspectivas normativas, estas últimas particularmente ligadas à análise dos processos de longa duração. Contudo, a crítica pós-processualista considera que esta vinculação da Arqueologia à longa duração e à generalização (e classificação implicada) tem sido induzida por uma série de equívocos ou noções erróneas. Um dos principais problemas apontados é, precisamente, o do conceito de registo arqueológico.

Para Barrett (2001), o normativismo que caracteriza aquelas correntes resulta, precisamente, da noção de pobreza das fontes arqueológicas face às de outras ciências sociais, a qual, por sua vez, resulta da noção de registo arqueológico como vestígio, como produto truncado e

parcial do passado. Estes equívocos têm por base um outro, bem mais importante: a concepção da cultura material como produto da acção humana, como um meio extrassomático de adaptação. Para o autor, são estas insuficiências que têm conduzido a Arqueologia para os campos históricos dos *trends* e da longa duração.

Abre-se aqui um breve parêntesis para sublinhar o negativismo desta perspectiva, ao atribuir esta orientação sobretudo à concepção de que os dados arqueológicos, na sua pobreza, não dariam para outra coisa. Esquece uma análise mais positiva e epistemologicamente consistente: a de que essas abordagens partem de programas teóricos que privilegiam a estrutura e os processos de longa duração, por razões precisamente de ordem teórica, epistemológica e, necessariamente também, ideológica.

De qualquer forma, a questão acima colocada (e à qual Alarcão responderia afirmativamente), é considerada por Barrett uma falsa questão. Para ele, toda uma nova reorientação da investigação arqueológica passa pelo abandono do conceito de registo arqueológico, acusado de representar uma visão das condições materiais meramente como produto do sistema social: os vestígios materiais devem, antes, ser considerados como elementos que são simultaneamente o meio e o resultado de práticas sociais, sendo parte integrante da acção e não uma representação desta. Logo, a Arqueologia não deve procurar o que supostamente estaria por trás dos materiais e lhes teria dado origem, mas *as formas de agência que operavam através dos materiais que chegaram até nós*. Este objectivo é, para o autor, alcançável através de uma orientação do trabalho de campo para o detalhe.

Wobst (2000) segue a mesma linha, contestando a ideia de que contextos “pobres” tornam difícil a abordagem da acção (o que teria privilegiado a procura dos ricos). Em defesa das potencialidades de toda a cultura material

É precisamente nesta última questão, a da validação, que mais se tem evidenciado o afastamento relativamente aos paradigmas da ciência moderna

e respectivos contextos, constrói o conceito de “interferências materiais” (em substituição do de registo material ou arqueológico), por considerar que este expressa melhor a relação e articulação da materialidade com a acção. Seguindo de perto Dobres (1995), a materialidade é simultaneamente considerada precedente e produto da acção: porque lhe estabelece padrões, é ponto de referência para os actores se avaliarem, se identificarem, se diferenciarem, e a acção acontece através dela modificando-a ou perpetuando-a. A sua abordagem deverá, pois, passar pela compreensão de como as acções se processam através da cultura material e da materialidade em geral. Uma vez mais, a noção de recursividade de Giddens está presente na base desta proposta teórica.

Mas não terá esta suposta ultrapassagem das dificuldades impostas pelo carácter parcial das materialidades que chegam até nós também o seu quinhão de ilusão?

Por um lado, não ultrapassa os problemas levantados relativamente às acções que se processaram através de materialidades que não chegaram até nós ou que nem sequer se processaram através de materialidades. Por outro, não responde ao problema de como podemos compreender uma acção na sua plenitude nos casos em que só nos chega parte da materialidade através da qual ela se processa. Por último, e mais importante, como demonstramos a validade das nossas interpretações?

É precisamente nesta última questão, a da validação, que mais se tem evidenciado o

afastamento relativamente aos paradigmas da ciência moderna:

“One of the most important lessons that feminism has taught archaeologists is that there are important things to know about the past which simply cannot be tested” (Thomas, 2000a: 3).

Será o discurso do plausível, com hipóteses mais ou menos arrojadas que não se procuram ou podem demonstrar e validar através da sua contrastação com os dados empíricos, ou, à maneira de Popper, enunciando as suas próprias condições de falsificação, sujeitando-se à crítica, um discurso classificável de científico? O que distinguirá, no discurso do plausível, o que é do que não é plausível? O ser possível? O ser mais provável? Como distinguir o que é legítimo, porque consequente, da especulação inconsequente e inconsistente?

Em suma, perante as óbvias implicações com o problema da natureza do conhecimento, não terá o novo programa de investigação de se fazer acompanhar de um suporte epistemológico sólido e bem definido, nomeadamente no que se refere ao posicionamento da Arqueologia enquanto ciência social, face aos paradigmas, modelos e métodos das ciências naturais?

Estaremos a assistir, no quadro de algumas aplicações da teoria da acção em Arqueologia, a um renascimento de tendências historicistas ou “simplesmente” a uma contestação paradigmática da ciência moderna?

O interesse pelo indivíduo e pela acção parece estar enquadrado numa crítica da epistemologia da ciência moderna, configurando aquilo a que Boaventura Sousa Santos (1999) designou por ciência pós-moderna, vinculada a um paradigma emergente, contudo ainda indefinido, impreciso, correspondente a uma situação “não possível de nomear adequadamente (...)”. Por essa razão lhe tem sido dado o

nome inadequado de pós-modernidade” (*idem*: 70). Poderemos, efectivamente, perspectivar certas tendências actuais como estando numa situação que Derrida (1981) formalizou como “pensar num intervalo”: ideias e concepções que, não podendo continuar a ser pensadas como na ordem paradigmática anterior, são indispensáveis para que determinados problemas da nova ordem possam ser colocados. Contudo, não se pode deixar de sublinhar uma certa dificuldade, por vezes sentida, em separar a novidade da simples recuperação de tendências passadas (mesmo tendo em conta que a história não se repete).

A argumentação de uma reaproximação ao historicismo parece ter, pelo menos nalguns casos, um certo fundamento.

“The experience of the individual, whether the prehistoric agent or the modern investigator, is currently the focus of consideration, and this emphasis upon personal experience gives much current writing a somewhat ‘existential’ flavor” (Renfrew, 2001: 122).

Tal poderá ser observado nas abordagens inspiradas na fenomenologia de Husserl, desenvolvidas sobretudo por investigadores britânicos (Thomas, 2000b), que procuram, movimentando-se nos terrenos de experiências da percepção e da sensação individuais actuais, compreender a formação das subjectividades passadas e a forma como o sujeito experimentava o mundo através do corpo e dos sentidos.

Vislumbra-se, por exemplo, em Hodder, na sua defesa da reconstituição das individualidades das vidas passadas e na importância concedida ao que designa por janelas narrativas (consideradas importantes porque, para o autor, os processos não dão conta do que se passa à escala do indivíduo e porque o público tem um interesse particular na escala humana do passado):

“I argue that there is a need to shift from agency and the construction of social

A admissível pluralidade de discursos e a subjectividade inerente a qualquer conhecimento dificilmente podem dispensar, por razões tão práticas como o ensino ou por outras de carácter ético, a formulação de discursos sustentados por desígnios de verdade

beings, to individual narratives of lived lives and events” (Hodder, 2000: 22).

E continuando, agora com parte da sua narrativa para a vida do homem do gelo: “We sense (destaque nosso) the duality in his commitment to and need for long-term social relationships with lowland groups, and his need to break away from such dependencies to live on his own” (*idem*: 27).

Não estamos, efectivamente muito longe de um dos fundadores do historicismo, quando escreve: “Quer compreender a verdadeira história dum ligure ou dum siciliano neolíticos? Tente, se for capaz, transformar-se mentalmente num ligure ou num siciliano neolítico. Se não for capaz de o fazer, ou não estiver interessado nisso, limite-se então a descrever e a dispor em séries os crânios, os utensílios e os desenhos que foram encontrados e que pertencem a estes povos neolíticos” (Croce, 1917: 51).

Mas independentemente do seu carácter mais ou menos historicista, esta tendência vem ao encontro do movimento que, no campo da História, tem contestado a designada História Ciência, propondo um retorno da narrativa e uma aproximação à arte⁸ (veja-se, a este respeito, os textos recentes de Evans, 2000; Mattoso, 2002; Bebian, 2002), onde se torna evidente um certo afastamento relativamente a

paradigmas da concepção moderna de conhecimento científico (apesar de esforços conciliadores).

A uma “História Ciência”, descrita como apresentando uma natureza analítica, demonstrativa e explicativa, com uma aspiração cientista à objectividade e apreensão da verdade, que se expressa por um discurso considerado seco e repetitivo, condicionado por princípios normativos inibidores, contrapõe-se uma História Narrativa (adjectivada de poética, contemplativa ou artística) que, liberta dos constrangimentos do cientismo, se preocupa com a criatividade e com a forma de comunicação, valorizando as dimensões interpretativas e subjectivas do conhecimento, aproximando-se, com maior ou menor prudência, da expressão metafórica e ficcional. Também aqui o momento da comunicação é considerado crucial para o regressar de um público (e com ele a efectivação de um prolongamento da memória), o qual teria sido afastado pelo ermetismo e cinzento do discurso científico.

Mas a tendência não se cumpre apenas numa alteração de forma, mas também de conteúdo, ao valorizar a interpretação (em detrimento da explicação) e a busca intuitiva do sentido, e a potencialidade, que lhe é atribuída, de superar as limitações “do pensamento lógico-discursivo para dar conta do que intui, mas, em vez de o paralisar, traz-lhe o júbilo, por se sentir a captar a imensidão que o excede” (Mattoso, 2002: 26), permitindo atingir modalidades de conhecimento a que o pensamento racional moderno se encontra paradigmaticamente fechado⁹ e sustentando-se na reflexividade (inerente à Consciência Histórica, no sentido que Gadamer lhe atribui) sobre as próprias condições de produção desses conhecimentos.

A pluralidade de conhecimentos provisórios e contingentes substitui a verdade perene e estimula, por vezes de forma particularmente perigosa, uma situação de desobrigação relativamente à orientação do conhecimento produzido,

à construção de um programa metodológico, à validação do conhecimento produzido, o que parece marcar um afastamento decisivo relativamente a paradigmas centrais do conhecimento científico moderno.

Este quadro de pensamento é associável à concepção hermenêutica que postula que, no que respeita aos assuntos que envolvem o Homem (que implicam o tal carácter duplo), não existe a possibilidade de uma correspondência efectiva entre o objecto e a sua representação, o que implica a impossibilidade de validação, já que considerá-la significaria a existência de uma possibilidade de correspondência (Gadamer, 1984). Por outras palavras, se não existe correspondência exacta entre real e a representação do real, então este não poderá ser utilizado para validar empiricamente o conhecimento produzido.

Mas, num quadro de conhecimento racional, a questão da validação (seja por confirmação ou por refutação), enquanto forma de controlo da subjectividade inerente, será um problema que pode ser descartado? Não se apresenta ainda como uma solução com potencialidades para evitar os perigos de um relativismo inconsequente e de tendências atomistas, aos olhos do qual tudo é igualmente válido, aberto a toda e qualquer especulação e manipulação?

A admissível pluralidade de discursos e a subjectividade inerente a qualquer conhecimento dificilmente podem dispensar, por razões tão práticas como o ensino ou por outras de carácter ético, a formulação de discursos sustentados

⁸ Embora não traduza fielmente o processo em curso, é difícil resistir a pensar numa inversão do título do famoso livrinho de Barradas de Carvalho “Da História Crónica à História Ciência”.

⁹ Convém, contudo, lembrar que foi a própria ciência a primeira a reconhecer a necessidade de reformular o seu discurso, de o colorir e de lhe dar forma literária e até dramática (cinematográfica) para atrair públicos e, assim, cumprir um dos desígnios da modernidade, sem com isso abdicar do rigor a que se obriga. Lembremos os casos de Reeves, Feynman, Jay Gould, Attenborough, Sagan, entre outros.

por *desígnios de verdade* (ainda que assumidamente provisória e com uma objectividade relativizada, ou seja, uma subjectividade controlada). No extremo e em teoria, correr-se-ia para o atomismo, o que, no limite, significaria a impossibilidade de conhecimento, de memória e de identidade, já que qualquer *representação* racional ordenada do real implica processos de classificação e generalização, e momentos de cristalização provisória de proposições tidas como verdadeiras (no sentido acima definido).

Assim, face à contingência do conhecimento e das formulações conceptuais, poderemos aplicar ao passado a noção actual de indivíduo?

O próprio Hodder (2000) adverte para o facto de a identificação dos homens como indivíduos ser um produto do processo histórico: existência de diferentes concepções (partilhadas) do “eu” no tempo e no espaço, o que implica diferentes construções e funcionamentos da subjectividade e da individualidade. Tal significará que a reconstrução da acção individual passa pela reconstrução e categorização da individualidade em cada contexto. Será isso possível para um passado sem escrita?

Shanks e Tilley (1987) sustentam também que a individuação é contingente, ou seja, que a forma como a individualidade se constitui e é representada é um produto “of the realm of signifiers within any particular socially constructed symbolic field and the subject’s ‘reality’ is situated within this order.” (*idem*: 65). A noção de indivíduo e de individualidade estará, assim, historicamente ancorada e, como Thomas reafirma, não é um sinónimo de pessoa ou sujeito, mas uma forma de conceber a identidade humana específica do mundo ocidental moderno (Thomas, 2000a e 2000b). Assim sendo, a abordagem da acção no passado não fica impossibilitada, mas torna-se dependente de uma investigação dos processos de subjectivação e individualização, ou seja, dos mecanismos através dos quais a

individualidade é concebida e constituída em cada contexto histórico específico.

Parece, pois, não haver outra solução, a não ser assumir que construímos o nosso conhecimento do passado, projectando nele a “nossa própria maneira de entender o mundo e a realidade” (Hernando, 2001: 219), facto que traz à memória uma das principais críticas de Binford (1987) ao contextualismo desmedido: a ideia de que cada sociedade, cultura ou indivíduo passado (e mesmo presente), sendo única, pode ser entendida nos seus próprios termos não está muito longe da crença positivista, numa mente liberta de constrangimentos. O passado não pode ser discutido nos termos intelectuais do passado. Deveremos, antes, considerar que, mesmo admitindo que não existe um ajustamento total entre a *representação* e o representado, há gradações de adequação que serão contrastáveis e escalonáveis através de um esforço de “inter-relação” entre subjectividades controladas (objectivadas) presentes e as subjectividades passadas.

Mas, mesmo pondo de lado os problemas da sua aplicação ao passado, a teoria da acção terá ainda um longo caminho a percorrer, no que respeita à própria concepção de acção, ao que nela reporta à consciência, à razão ou à inconsciência.

As investigações sobre o cérebro, dos últimos cinquenta anos, têm revelado que em vez da existência de uma área específica do cérebro dedicada à consciência, esta emerge da actividade quotidiana do cérebro: logo, a própria consciência forja-se na acção, não lhe é sempre anterior. Estas experiências levaram mesmo Benjamim Libet a questionar o sentido de liberdade, de desejo e de vontade, uma vez que revelaram, que em muitas das nossas acções que parecem resultar de uma escolha, a actividade cerebral que origina a acção é anterior à tomada de consciência da vontade de agir. Significa que nem sempre a acção segue a formulação das etapas ideação, desejo, volição e execução.

Trata-se, efectivamente, de um reforço da intervenção do inconsciente na acção, pelo que reduzir a acção à consciência e à intenção torna-se problemático. Embora as implicações destas teses não sejam ainda totalmente claras, ainda que a sua aceitação não seja pacífica, os seus resultados vêm alertar para os contornos pouco definidos do conhecimento relativamente ao que está envolvido na acção. Em última instância, é a questão do livre arbítrio posta de novo: “Será que tudo o que faço não é determinado mecanicamente e de forma antecipada pelo estado material dos acontecimentos no meu cérebro, incluindo as modificações causadas por organismos externos, e será que o meu sentimento de liberdade e de responsabilidade não é enganador?” (Schrödinger, 1996: 137).

As “ciências do espírito” têm cada vez mais de prestar atenção aos conhecimentos que se têm vindo a produzir sobre o “espírito” e que, curiosamente, vêm sendo obtidos dentro do quadro epistemológico e metodológico moderno que subjaz às ciências naturais. Mas, como John Searle referiu, a consciência parece mais uma força activa que um efeito e a grande dificuldade é reconciliar o mundo que funciona de forma normativa com o que permite a liberdade. Esta, contudo, não deve ser correlativa das ideias do indeterminismo e acaso físico, inadequado para qualquer ética, onde se ancoram importantes princípios do comportamento humano (Ernst Cassirer, citado por Schrödinger, 1996: 139). Conciliar a autonomia e racionalidade humana com os condicionalismos das totalidades sociais e constrangimentos biológicos parece ser, precisamente, o programa da Teoria da Acção.

Bibliografia

- Abell, Peter, (2002), "Teoria sociológica e Teoria da Escolha Racional", (B. Turner ed.) *Teoria Social*, Algés, Difel, pp. 255-277
- Alarcão, Jorge de, (1993-94), "A Arqueologia e o Tempo", *Conimbriga*, Vols. XXXII-XXXIII, Coimbra, IAFLC, pp. 9-56.
- Alarcão, Jorge de, (2000), *A escrita do tempo e a sua verdade*, Coimbra, Quarteto Editora.
- Ansart, Pierre, (1999), "Sociologie de l'action", (A. Akoun e P. Ansart eds.) *Dictionnaire de Sociologie*, Dictionnaires Le Robert/Seuil, pp. 4-7.
- Aron, Raymond, (2002), *As etapas do pensamento sociológico*, 6.ª Ed., Lisboa, Dom Quixote.
- Barrett, John C., (1888), "Fields of discourse. Reconstituting a Social Archaeology", *Critique of Anthropology*, 7 (3), pp. 5-16.
- Barrett, John C., (2000), "A thesis on Agency", (M.-A. Dobres e J. Robb eds.) *Agency in Archaeology*, London, Routledge, pp. 61-68.
- Barrett, John C., (2001), "Agency, the duality of Structure, and the problem of the archaeological record", (I. Hodder ed.), *Archaeological theory today*, Cambridge, Polity Press, pp. 141-164.
- Bebiano, Rui, (2002), "A História como poética", (José d'Encarnação coord.) *As oficinas da História*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 47-70.
- Binford, L., (1987), "Data, relativism and archaeological science", *Debating Archaeology*, (1989), San Diego, Academic Press pp. 55-71.
- Boudon, Raymond, (1995), "Acção", *Tratado de Sociologia*, (R. Boudon ed.), Ed. Asa, Lisboa, pp. 21-55.
- Bourdieu, Pierre, (2001), *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, 2.ª Edição, Lisboa, Celta.
- Braga da Cruz, M., (2001), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (antologia de textos)*, Volume 1, 3.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cohen, Ira J., (2002), "Teorias da acção e da praxis", (B. Turner ed.) *Teoria Social*, Algés, Difel, pp. 111-142.
- Croce, Benedetto, (1917) *Teoria e storia della storiografia*, Bari.
- Derrida, J., (1981), *Positions*, Chicago, University of Chicago Press.
- Dobres, M.A., (1995), "Gender and Prehistoric technology: on the social agency of technical strategies", *World Archaeology*, 27(1), pp. 25-39.
- Dobres, M.A., (2000), *Technology and social agency*, Oxford, Blackwell.
- Dobres M.A. e Hoffman, C. R., (1994), "Social agency and the dynamics of prehistoric technology", *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol.1, N.º3, pp. 211-257.
- Dobres, M.-A. e Robb, John eds., (2000), *Agency in Archaeology*, London, Routledge.
- Dobres, M.-A. e Robb, John., (2000), "Agency in Archaeology. Paradigm or platitude?", (M.-A. Dobres e J. Robb eds.) *Agency in Archaeology*, London, Routledge, pp. 3-17.
- Evans, Richard J., (2000), *Em defesa da História*, Lisboa, Temas e Debates.
- Gadamer, Georg, (1984), *Verdad y método. Fundamentos de una hermenéutica filosófica*, Salamanca, Ediciones Sígueme.
- Giddens, Anthony, (2000), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta.
- Guerra, Isabel Carvalho, (2000), *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção*, Cascais, Principia.
- Hernando, Almudena, (2001), "Sociedades del pasado y prehistorias del presente. El caso del calcolítico da la Península Ibérica", *Complutum*, 12, Madrid, pp. 217-236.
- Hodder, Ian, (2000), "Agency and individuals in long-term processes", (M.-A. Dobres e J. Robb eds.) *Agency in Archaeology*, London, Routledge, pp. 21-33.
- Johnson, Matthew, H., (1989), "Conceptions of agency in archaeological interpretation", *Journal of Anthropological Archaeology*, 8, pp. 189-211.
- Lestel, Dominique (2001), *As origens animais da cultura. Epistemologia e Sociedade* Lisboa, Instituto Piaget.
- Mattoso, José, (2002), "Pode a História ser contemplativa?", (José d'Encarnação coord.) *As oficinas da História*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 19-37.
- Patrik, Linda E., (1985), "Is there an archaeological record?", (M. Schiffer ed.) *Advances in Archaeologic Method and Theory*, 8, New York, Academic Press, pp. 27-62.
- Popper, K., (1967), "La rationalité et le statut de principe de rationalité", *Les fondements philosophiques des systèmes économiques*, Paris, Payot, pp. 142-150.
- Renfrew, Colin, (2001), "Symbol before concept. Material engagement and the early development of society", (I. Hodder ed.), *Archaeological theory today*, Cambridge, Polity Press, pp. 122-140
- Santos, Boaventura Sousa, (1999), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Schrödinger, Erwin, (1996), *A Natureza e os Gregos e Ciência e Humanismo*, Lisboa, Edições 70.
- Shanks, Michael e Tilley, Christopher., (1987), *Social theory and archaeology*, Cambridge, Polity Press.
- Thomas, Julian, (2000a), "Introduction. The polarities of Post-Processual Archaeology", *Interpretive archaeology*, London, Leicester University Press.
- Thomas, Julian, (2000b), "Reconfiguring the social, reconfiguring the material", (M. Schiffer ed.), *Social Theory in Archaeology*, Salt Lake City, University of Utah Press, pp. 143-155.
- Turner, Bryan (ed), (2002), *Teoria Social*, Algés, Lisboa.
- Weber, M., (1965), "L'objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales", *Essais sur la théorie de la science*, Pris, Librairie Plou, pp. 181-213.
- Wobst, H. Martin, (2000), "Agency in (spite of) material culture", (M.-A. Dobres e J. Robb eds.) *Agency in Archaeology*, London, Routledge, pp. 40-50.